

“Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local endógeno
“Patience”, capitalism, socialism and endogenous local development
“Patience”, capitalisme, socialisme et développement local endogène
“Paciencia”, capitalismo, socialismo y desarrollo local endogeno

Vicente Fideles de Ávila*

Recebido em 18/12/2007; revisado e aprovado em 12/2/2008; aceito em 21/2/2008.

Resumo: O presente *ensaio* reforça aspectos gerais sobre teoria do Desenvolvimento Local (DL) e tece observações atinentes a dúvidas quanto a “*paciência*” em DL e à relação entre DL e capitalismo, também com ponderações a respeito de DL e socialismo. Destaca-se que “*paciência*” em DL significa *não-precipitacionismo, não-receitualismo* (ou sentidos similares) e que o DL Endógeno, mesmo não se constituindo substitutivo do socialismo histórico, evolui-se para real *contraponto* e *contrapé* à avalanche exploratória do capitalismo turbinado pela moderna globalização.

Palavras-chave: “*Paciência*” em desenvolvimento local endógeno. Desenvolvimento local e globalização capitalista. Desenvolvimento local não-substitutivo do socialismo histórico.

Abstract: This essay reinforces general aspects of Local Development Theory and reflects upon some issues about “*patience*” in Local Development, and about the relationship between Local Development and capitalism, making also some considerations on Local Development and socialism. It is strongly stresses that “*patience*” in Local Development means the renunciation to precipitation and to easy receipts (or similar meanings) and that Endogenous Local Development, even not being a substitutive to historical socialism, evolves towards being a critical counterpart to the binomium capitalism - globalisation.

Keywords: “*Patience*” in endogenous local development. Local development and capitalist globalisation. Local development non-substitutive of historical socialism.

Résumé: Cet étude renforce des aspects généraux sur la théorie du Développement Local (DL) et propose des observations aux doutes sur “*patience*” en DL et à la relation entre DL et le capitalisme, avec aussi des pondérations sur le DL par rapport aux capitalisme et socialisme. Il est mis en évidence que “*patience*” en DL ne signifie *pas agir ni sur précipitation, ni par recette*, et que le Développement Local Endogène, même n’étant pas constitué comme un substitutif du socialisme historique, c’est en évolution vers une réelle contre-partie à l’exploitation de l’actuel capitalisme poussé par la globalisation.

Mots-Clés: “*Patience*” en développement local endogène. Développement local et globalisation capitaliste. Développement local non-substitutif du socialisme historique.

Resumen: El presente ensayo refuerza aspectos generales sobre teoría del Desarrollo Local (DL) y tece observaciones acerca de dudas en cuanto a la “*paciencia*” en DL y acerca de la relación entre DL y capitalismo. Hace aún ponderaciones acerca de DL y el socialismo. Se puene en relieve que “*paciencia*” en DL significa *no se dar a la precipitacion ni a soluciones faciles* (o similes) y que el Desarrollo Local Endógeno, aún no siendo un sustituto del socialismo histórico, há evolucionado hasta ser un *contrapunto* a la tendencia capitalista turbinada por la moderna globalización.

Palabras-clave: “*Paciencia*” en desarrollo local endógeno. Desarrollo local y globalización capitalista. Desarrollo local no-sustitutivo del socialismo histórico.

Nota preliminar

No final de 2007, a versão provisória deste *ensaio* foi passada a todos os docentes do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local/UCDB e ex-alunos da disciplina *Teoria do Desenvolvimento Local*, enquanto seus principais destinatários (como dito logo à frente, em OUTROS COMENTÁRIOS INICIAIS), na expectativa de retornos contributivos. Assim, o Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel (profundo conhecedor de amplos es-

pectros culturais como os filosófico, religioso e teológico) delineou alguns comentários contributivos, nessas largas amplitudes de abrangência, que me pareceram muito relevantes e realmente interessantes. Aliás, já começou pela seguinte contextualização histórica do *estilo* redacional do meu trabalho:

Professor, eu penso que o *estilo* do seu texto merece um comentário. Não é um relato de experiência puro, mas passa perto, enquanto discute aspectos de experiências que aconteceram durante atividades da disciplina

* Licenciado em *Pedagogia e Filosofia* (no Brasil). Bacharel e Mestre em Teologia pela Pontificia Università Gregoriana de Roma (Itália). Doutor em *Política e Programação do Desenvolvimento* (enfoque em) *Educação e Emprego* pela Université de Paris-I/Panthéon-Sorbonne (França). Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-UFMS. Atual docente das disciplinas *Teoria do Desenvolvimento Local e Desenvolvimento-Local, Comunidade e Comunitarização* no Programa de Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. E-mail: fideles@ucdb.br.

Teoria do Desenvolvimento Local. Não é um artigo científico do tipo *validação de hipótese*, porque a hipótese surge ao fim: isso funciona! Mas, na minha opinião, o seu texto é valioso se for lido lado a lado com um outro estilo consagrado na literatura “científica” - no sentido de ter sido literatura que ajudou a construir a auto-imagem do Ocidente sobre si mesmo, no Renascimento e um pouco além. São as famosas *Orationes*. Penso, por exemplo, na bela *Oratio super dignitatem*, de Pico della Mirandola, escrita como uma carta aos seus leitores/ouvintes. É uma meditação, espontânea e sem medo de errar. Dela nasceu, posteriormente, a versão moderna do gênero que hoje denominamos *ensaio*... Daí que, na minha opinião, o senhor escreveu uma carta, uma epístola (no sentido de um Sêneca, de um Cícero, ou seja, uma coisa séria e íntima ao mesmo tempo), e isso deve ser enfatizado, mesmo porque penso que o texto deve ser publicado, e já. Ele ajuda a “cercar” muito bem alguns temas da disciplina. Abaixo, vou escrevendo mais algumas sugestões, na medida em que a releitura do seu texto me sugere.

Consultado se poderia desenvolver tais comentários contributivos de modo mais sistemático (dado que à época se pensou acoplá-los à seqüência deste mesmo *ensaio*, como sua *ressonância* imediata), o Prof. Josemar não só os esmiuçou e aprimorou, em várias laudas, como também lhes conferiu configurações próprias de **outro ensaio**, ao qual atribuiu este expressivo título: EXAME DE RESSONÂNCIA SOBRE “PACIÊNCIA” E DESENVOLVIMENTO LOCAL ENDÓGENO EM SUBSOLO TEOLÓGICO.

Portanto, há intrínseca relação entre os dois *ensaios* acima referidos, razão pela qual se enfatiza a conveniência do encaminhamento-conjunto de ambos para publicação, se possível em contíguos espaços editoriais.

Outros comentários iniciais

Veza por outra, ao final do percurso semestral da disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, no Programa de Pós-Graduação-Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, em Campo Grande-MS, entendo conveniente continuar dirigindo ponderações escritas aos/às ex-alunos/as. E as realizo, sobretudo pelos seguintes três motivos: a) convencimento de que na relação educandos-educadores nun-

ca deva haver desregradas dependências e nem abruptos desligamentos; b) permanência de penumbras e outros aspectos passíveis de destaque, ajuste ou reforço nos rastros e rescaldos das atividades formais da disciplina; c) persistência de desafio a mútuas e múltiplas interconectividades de saberes e experiências que nos estimulam e orientam a que, nós e as comunidades-localidades que influamos em termos de Desenvolvimento Local, nos tornemos –passo a passo– capazes, competentes e hábeis de sempre nos evoluirmos construindo nossos próprios rumos e caminhos de desenvolvimento, assumindo a lógica do poeta espanhol Antonio Machado de que “Caminhantes, não há caminho. O caminho se faz ao caminhar” (apud KUJAWSKI, 1991, p. 203-204).

Antes de encerrar a disciplina, no 1º semestre de 2007, solicitei e recebi notas ponderativas, de cada aluno, sobre “Quê perdi e quê ganhei com a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local”. E a leitura dessas notas me trouxe a sensação de que todos (embora de maneiras diferentes, mas sem exceção) entranharam a essência teórica do DL em suas trajetórias de vida profissional e pessoal, mesmo pipocando dúvidas aqui e acolá, o que é próprio de tudo que se encontre em contínuo processo de teorização e exercitação, como no caso bem próprio do DL.

Agora, rememoremos a esdrúxula figura do bonequinho Benjamim (o nome dele era esse no meu antigo primeiro computador), referida em aula e já comentada em textos anteriores, que, de repente, aparecia na tela do monitor perguntando “*quê você quer?*”. Pois, sem muito respeito, o fantasma que dele impregnamos pulará nos vídeos de suas mentes com aquelas duas insistentes perguntinhas, já bem conhecidas de vocês, sempre que estiverem pensando ou realizando seja lá o que for em nome do Desenvolvimento Local: “**de fato, quê isso tem a ver com Desenvolvimento Local?**”; e, ainda, “**quê isso tem a ver com-o-quê de Desenvolvimento Local?**”.

Sem ironia, sou levado a pensar que, para a maioria de vocês, essa figurinha do Benjamim já esteja se evoluindo de chata, até bem pouco, para aliada doravante. Se isto ainda não ocorreu, acabará acontecendo a qualquer momento. Aliás, posso lhes assegurar, inclusive, que o teimoso Benja-

minzinho terá a ousadia de se procriar em suas mentes, gerando rebentos que, também sem a menor cerimônia, abordarão a todos e cada um de vocês, já se sentido de alguma forma Agentes de DL, com questionamentos bem semelhantes a estes:

- Como contaminar as lógicas do DL em meus filhos, familiares, alunos, colegas de trabalho e outros de minha convivência pessoal e profissional?
- Quê fazer para reverter em DL esta situação ou cultura de *intervencionismo*, de *assistencialismo*, de *filantropismo*, de *colonialismo*, ou algo parecido?
- Por quais pontos estratégicos começar implementações irradiadoras de iniciativas de DL, especificamente nesta ou aquela comunidade-localidade?
- Por onde e quê fazer para INFILTRAR A FILOSOFIA E OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DL nesta política, neste programa, neste projeto ou no andamento de tais ou quais investimentos não importando se de alçada federal, estadual, municipal, empresarial, de ONGs, ou similares?
- Quê iniciativa tomar para que forças sociais como igrejas, ONGs, entidades filantrópicas, e congêneres, se evoluam de promotoras de **Desenvolvimento PARA O Local (DpL)** ou *Desenvolvimento NO Local (DnL)* para autênticas agenciadoras de efetivo **DENVOLVIMENTO LOCAL (DL)** endógeno (ÁVILA¹, 2006, p. 69-100), inclusive no sentido de se tornarem fontes continuamente geradoras e multiplicadoras de Agentes de DL, sobretudo no que concerne a processo de FORMAÇÃO DA CULTURA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL TANTO NO SEIO DE COMUNIDADES-LOCALIDADES QUANTO NO DAS AGÊNCIAS PÚBLICAS E PRIVADAS que nelas pretendam investir apoio, orientação e recursos?
- Como intercomplementar tais ou quais macroestratégias de desenvolvimento (aquelas vindas *de cima* ou *do lado*, por exemplo, de grandes políticas federais, estaduais, municipais, empresariais etc., de investimento) com microestratégias endogeneizador-metabolizadoras de autocapacidades e autocompetências de desenvolvimento em cada comunidade-localidade concreta?
- Como envolver as entidades gestoras do setor educacional e as próprias redes esco-

lares (todas elas) em processo contínuo de formação para o DL?

- E assim por diante?

Diante de tais questionamentos, alguém já deve estar exclamando: *caramba, nos últimos dias de aulas cheguei até a pensar que o Prof. Fideles [assim mais comumente chamado pelos alunos] entendia e me ensinaria alguma coisa de DL!* – Em verdade, e na condição de perene-aprendiz, disso ainda sei pouco, mas o suficiente para a certeza de que, primeiro, eu não lhes *ensinaria* – como dito logo em nosso primeiro contato – porque apenas lhes ajudaria-a-aprender algo sobre DL (já que os respectivos arcabouços teórico-conceitual e teórico-metodológico se encontram em constante processo de construção e sistematização) e, segundo, os lembrados Benjaminzinhos fazem parte da própria metodologia do DL, aquela do alpinista caminhante (ÁVILA, 2006, p. 84-85), sempre alertado pelo mencionado poeta Antonio Machado de que “[...] O caminho se faz ao caminhar”.

Portanto, questões como as acima, e muitas outras, se formulam e formularão ao longo de toda a caminhada processual do DL, justamente pelo fato de elas ensejarem emersões de perspectivas operacionais típicas do DL, já que reiteradamente enfatizamos ser mesmo se exercitando – com perspicaz e criativa ajuda de agentes externos –, que as respectivas comunidades-localidades e os agentes externos nelas atuantes criam, recriam e aperfeiçoam constantemente suas capacidades, competências e habilidades de construir caminhos próprios de desenvolvimento.

E a lógica, do que acima se afirmou, é a de que não se constituindo algo que se ganhe, compre, empreste, grile ou roube, o DL faz parte dos fenômenos do universo que só existem enquanto resultantes de permanentes processos de conquistas, ou seja, se o respectivo processo de conquista se desativa ou cessa, desativa-se ou cessa-se também o DL como resultante. Assemelha-se a um prédio, uma torre, uma árvore ou até a cada um de nós: só ficamos de pé (prédio, torre, árvore e nós mesmos) enquanto temos sustentação continuamente implementada; e, quanto mais tanto melhor. Do contrário, cedo ou tarde desabamento será nosso destino.

Retornando às inicialmente mencionadas notas ponderativas, nelas um dos concluintes da disciplina Teoria do Desenvolvimento Local formulou questões, certamente na expectativa de posteriores esclarecimentos. Pedi-lhe e obtive permissão para citar e comentar as duas que me pareceram ao mesmo tempo mais importantes e abrangentes em relação a dimensões teóricas do DL. E começo, a seguir, pela mais diretamente ligada à observação –logo acima– do DL como resultância contínua de permanente processo de conquista.

1ª Questão: sobre “Paciência” em Desenvolvimento Local

“PARA COMPREENDER AS NECESSIDADES COLETIVAS É PRECISO GRANDE PACIÊNCIA E PODE DEMORAR GERAÇÕES ATÉ COMPREENDÊ-LAS. ESTA NOÇÃO DE IMPOTÊNCIA COMO AGENTE [de DL] ME É MUITO DESCONFORTÁVEL”.

Vendo a questão pelo ângulo de tudo o que se analisou durante a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, nela observo inapropriado acoplamento entre DIMENSÕES DE: GRANDEZA [“grande paciência”] + DURAÇÃO [“que pode demorar gerações”]. Então, vejamos.

Ao longo da disciplina, e fora dela, todas as vezes que menciono a palavra “*paciência*”, relacionada a DL e principalmente a Agente de DL, sempre o fiz e faço com as seguintes opções de significação: *não-precipitacionismo, não-imediatismo, não-achismo, não-receitualismo, não-modelismo, não-imposicionismo, não-intervencionismo, não-colonialismo, não-assistencialismo cultivador da “Cultura da Pobreza”*, e assim por diante.

Agir assim implica, de fato, grande “*paciência*” –ENORME, mesmo- mas tão-somente para se evitarem os ímpetos aplicativos de nossa cultura imediatista, sempre nos impelindo à rotineiríssima prática de *ISMOS*. No entanto, esse tipo de grande “*paciência*” NÃO QUER DIZER QUE NADA SE POSSA FAZER DE CONCRETO, EM TERMOS DE DL, ANTES QUE SE CONHEÇA TUDO DE DETERMINADA COMUNIDADE-LOCALIDADE. Aliás, quanto a iniciativas de DL, é sabido que não é o caso nem de implantá-las NA e nem de apenas levá-las ÀS comunidades-

localidades, vimos isto quando estudamos os *contra-conceitos* codificados pelas expressões D_nL (Desenvolvimento No Local) e D_pL (Desenvolvimento Para-O Local), às páginas 70-78 do livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*.

Por outra, o “núcleo conceitual” do que entendemos de fato significar Desenvolvimento Local (cf. p. 80 do citado livro) se refere essencialmente a que cada comunidade-localidade *DESABROCHE* –com a ajuda de agentes externos- capacidades, competências e habilidades no sentido de que ela mesma se torne apta tanto a agenciar (buscando e selecionando seus próprios rumos de desenvolvimento) quanto a gerenciar encaminhamentos de concretização desses rumos, começando por diagnoses de suas reais necessidades, aspirações, possibilidades, potencialidades, condições etc., e continuando por tomadas de decisões, elaboração de programações, deslanchamento dos correspondentes fluxos operacionais, e assim por diante.

No fundo, não há outra estratégia para se iniciar a dinâmica do Desenvolvimento Local, em determinada comunidade-localidade, que não a do investimento, em perspectiva de perene continuidade, para que aos poucos ela mesma vá se tornando capaz e competente, como acima lembrado, de agenciar e gerenciar seu próprio desenvolvimento, em termos tanto de proposição de iniciativas emergidas de dentro-para-fora-dela-mesma quanto de análise, triagem e metabolização comunitária de propostas vindas de fora-para-dentro. Claro, sempre com despertadoras e indutoras ajudas externas, pois esse é processo que não se faz sozinho, ou seja, se todas as comunidades-localidades já soubessem só por elas mesmas dinamizá-lo, hoje não mais existiria localidade alguma não-desenvolvida, subdesenvolvida ou unilateralmente-desenvolvida no planeta. Até se ponderou iteradas vezes –em análises e debates no decorrer da disciplina– que inexistem comunidades-prontas para DL, valendo dizer que mesmo os agrupamentos humanos que se configurem como “comunidades”, em razão de determinados critérios e situações de reciprocidades interativas, só decolarão na rota do Desenvolvimento Local se movidas por processo de constante autocomunitarização para DL.

Todavia, no que respeita ao envolvimento do Agente de DL nesse processo (sempre de constante autocomunitarização para DL), o foco de importância NÃO RECAI no fato de o mesmo deter maior ou menor conhecimento, e muito menos no de ter que saber tudo antes de agir, sobre as necessidades quer “coletivas” quer até individuais da comunidade a que se referir, embora quanto mais se saiba tanto melhor: afinal, jamais se deve confundir Agente de DL com *receitador* ou *maceteiro* de DL. Esse foco diz respeito, sim, às MANEIRAS ESTRATÉGICAS DE O AGENTE DE DL SABER INFLUIR, APOIAR, MOTIVAR, DESAFIAR ETC., para que se implante e implemente, no seio da comunidade-localidade a que visar ou em que atuar, processo com estas três finalidades: autodesvelamento do conhecimento comunitário-local (para que tal comunidade aprenda a sempre e cada vez mais se conhecer); autocomunitarização para DL (formação e impregnação capilarizante da cultura associativo-cooperativa do DL em todas as suas dimensões, coletivas e individuadas); e emersão de propostas/iniciativas auto-assumidas de DL (no sentido das mais simples, fáceis e possíveis para as mais complexas, difíceis e desafiadoras).

Esse, sim, é PROCESSO que não só “pode” como de fato DEVE “durar gerações” a fio, da mesma forma que também o Agente de DL (jamais se furtando à condição de eterno aprendiz sobre comunidade-localidade e DL) tanto pode quanto deve nele se inserir por (ÁVILA, 2006, p. 86-94) MAIÊUTICAS MANEIRAS DESAFIADORAS, INDUTORAS, REATORAS, APOIADORAS, ALIMENTADORAS, REALIMENTADORAS ETC., como requer a dinâmica metodológica do DL.

É DESSAS MAIÊUTICAS MANEIRAS QUE O AGENTE DE DL PRECISA SABER ALGO DE BASE (EVIDENTEMENTE QUE NÃO TUDO) ANTES DE COMEÇAR A AGIR, JÁ DESDE O INÍCIO DE SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO PARA SE TORNAR DE FATO AGENTE DE DL, PRINCIPALMENTE NO QUE RESPEITA A BOA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PERSPECTIVAS DE EXERCITAÇÃO. MAS, UMA VEZ NELE INSERIDO (ENVOLVIDO), DESENCADEIA-SE INTERMINÁVEL PROCESSUALÍSTICA DO SEMPRE-APRENDER-A-APRENDER-CAMINHANDO, PELO PROCESSO QUE DONALD SCHÖN CHAMA “PRÁTICA REFLEXIVA” (SCHÖN, 1995, p. 77-91). Aliás, no que respeita especificamente a DL, esta questão é analisada às p. 86-97 do já referido livro *Cultura de sub/desenvolvimento*

e *desenvolvimento local*.

Então, nunca se conhece/diagnostica tudo antes de nada em DL, porque aí, como em todo o complexo e extremamente dinâmico panorama das interatividades humanas, sociais e ambientais, a DIAGNOSE-EM-PROCESSO-CONTÍNUO faz parte essencial da dinâmica de qualquer “caminhante” –portanto, inclusive de DL–, pela qual, no dizer do sempre lembrado poeta Antonio Machado, “[...] O caminho se faz ao caminhar”.

Nas décadas de 1960-70, em pleno auge de supervalorização da Economia como viés teórico-científico mantenedor das economias-desenvolvidas, assim como norteador, promotor, “salvador” etc., das subdesenvolvidas, tentou-se semiotizar cada ciclo do processo de planejamento interventivo em quatro partes modulares estanques, uma se iniciando após o término da outra, e nesta ordem: DIAGNOSE => DECISÃO-PROGRAMAÇÃO => EXECUÇÃO => AVALIAÇÃO/REALIMENTAÇÃO (daí a superveniente discussão sobre avaliação-terminal e avaliação-processual). Foi bem no rastro desse laivo de semiotização estanque que a população brasileira se transformou em *cobaia* dos seguintes e sucessivos sete “Planos Econômicos”, em virtude de os governos civis terem herdado -no início de 1985- total falência econômica e social da ditadura militar vigente de 1964 a 1984: **Plano Cruzado 1** (lançado em fevereiro de 1986), **Plano Cruzado 2** (novembro de 1986), **Plano Bresser** (junho de 1987), **Plano Verão** (janeiro de 1989), **Plano Collor 1** (março de 1990), **Plano Collor 2** (fevereiro de 1991) e **Plano Real** (julho de 1994). Os quatro primeiros no mandato presidencial de José Sarney (15/3/1985 a 15/3/1990), os dois seguintes no de Fernando Collor de Mello (15/3/1990 a 2/10/1992) e o último no de Itamar Franco (2/10/1992 a 1/1/1995), sob o comando do então Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que deu continuidade e consolidou o Plano Real também nos seus subseqüentes oito anos de mandato presidencial.

Achava-se que estatísticas e perspectivas diagnósticas de curto, médio e longo prazos poderiam dar suporte às duas fases medianas (as de DECISÃO-PROGRAMAÇÃO => EXECUÇÃO) no período visado pelo ciclo de planejamento adotado como referência oficial, inclu-

sive se dimensionado como plurianual: de médio (mais comumente trienal ou quinquenal) ou de longo prazo (sobretudo acima de cinco anos, portanto decenal ou quinzenal).

Depois, com subsídios teórico-metodológicos externos e muito mais por erros que acertos internos, ACABOU SE ADERINDO, TAMBÉM NO BRASIL, A QUE QUALQUER PROCESSO DE PLANEJAMENTO (compreendendo DIAGNOSE + DECISÃO-PROGRAMAÇÃO + EXECUÇÃO + SEMPRE COMACOMPANHAMENTO-CONTÍNUO E PROCESSUAL-CORREÇÃO-REALIMENTAÇÃO) SE INICIA, SIM, POR CONHECIMENTO DIAGNÓSTICO PRÉVIO, pois, obviamente, do nada, nunca se começa alguma coisa. Só que a busca de conhecimentos diagnósticos não pára por aí, exclusivamente nesse momento prévio. Pelo contrário, ela se perpetua ao longo de todos e cada ciclo de planejamento, transformando-se em DINÂMICA-DIAGNÓSTICA-PERMANENTE, QUE ACOMPANHA A DINÂMICA-OPERACIONAL, com ela se interagindo e fornecendo subsídios para EXAMES DECISÓRIO-PROGRAMÁTICOS EM PERCURSO. É por aí que se criam condições e de fato operacionalizam as CORREÇÕES-REALIMENTAÇÕES-PROCESSUAIS, necessárias ou convenientes ao ENCAMINHAMENTO EXECUTÓRIO de qualquer CICLO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E DO PRÓPRIO COMO UM TODO.

Hoje, portanto, não mais –ou melhor, de forma alguma- se cogita em planejamento por MÓDULOS ESTANQUES (isto é, PRIMEIRO, DIAGNOSE; DEPOIS, DECISÃO-PROGRAMAÇÃO; E, POR FIM, AÇÃO-EXECUÇÃO) como se mencionou anteriormente. O que se quer dizer é que, no início, a DIAGNOSE-BÁSICA –apenas para se saber por onde e quê começar- precede o processo decisório-programático-operacional do planejamento, ou seja, funciona como espécie de descarga elétrica da bateria de um automóvel para a partida através do motor-de-arranque, sem que se jogue fora, em seguida, toda bateria, aqui representando a DIMENSÃO DA DIAGNOSE PERMANENTE no curso de todo um processo de planejamento. Portanto, da mesma forma que a BATERIA, no automóvel, também a DIAGNOSE (tornada) PERMANENTE –em relação à totalidade das dinâmicas decisório-executórias do planejamento- continuam inteiramente CONECTADAS e CAMINHANTES, simultânea e ininterruptamente se carregando e ajudando a manter tanto a regularidade rotativa do motor quanto o funcionamento da iluminação (em ambientes

escurecidos, até do percurso a ser seguido) e da parafernália de conforto e praticidade movida a sempre renovadas energias: elétrica, no caso do automóvel, e diagnóstica, em se tratando das supramencionadas dinâmicas decisório-executórias do processo de planejamento.

As páginas 43-50 do livreto *Municipalização para o desenvolvimento* tratam do “Planejamento participativo” (ÁVILA, 1993, p. 43-50) nessa ótica e pode ser consultado sempre que houver dúvida. Mas, quanto à aplicação do que se referiu acima à dinâmica metodológica do DL, a releitura do item 4.5 do livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* a todos lembrará que:

- Em termos lógicos, à medida que se for concretizando a dimensão de conscientização, mobilização e organização comunitária local [**aqui se situa a fase diagnóstica inicial**], vai-se passando [**portanto não se espera diagnosticar tudo para depois passar**] também à programação e operacionalização dos “ciclos de trabalho comunitário-cooperativo”, como sugerido abaixo (p. 96-97).
- Esses ciclos de trabalho cooperativo se organizam e funcionam: das iniciativas mais simples, mais fáceis e menos abrangentes para as mais complexas, mais difíceis e de maior amplitude [**a exemplo do que se dinamiza também por processo de aut Capacitação-em-serviço**], tal como se constrói uma casa assentando tijolo por tijolo e não empilhando todos de uma só vez (p. 97).
- Todas as atividades do processo de *Desenvolvimento Local* não só devem orientar-se –mas sem receitualismos- pelo e para o rumo teórico básico, norteador da totalidade do processo, como também precisam ser cuidadosamente programadas, ordenadas, acompanhadas e constantemente avaliadas, de sorte que a reflexão analítico-avaliativo-realimentadora se faça presente ao longo de todas e quaisquer posturas de planejamento e operacionalização do mesmo (p. 98). [**Trata-se, pois, de permanente processo diagnóstico-alimentador/realimentador**].
- É pelas respectivas celebrações/comemorações comunitárias que os feitos e conquistas deixam de ser exclusivamente de fula-

no, beltrano e sicrano, estendendo seus raios e reflexos até as mentes e os corações de todos aqueles que nelas acabam se sentindo comunitariamente incluídos [DL é, pois, processo paulatinamente irradiante e não mero implante ou transplante desenvolvimentista]. Por elas, se amalgama o orgulho da pertença a esta ou àquela comunidade, a este ou àquele município, a este ou àquele país (p. 99).

Por último, mas ainda em relação a esta 1ª questão, também registro minha impressão de certo equívoco quanto ao objeto de referência da afirmativa “[...] pode demorar gerações [...]”, ou seja, refere-se, de fato: a “[...] compreender as necessidades coletivas [...]”?; ou ao processo de formação e capilarização da cultura de Desenvolvimento Local no seio de cada comunidade-localidade por ele optante?

Sem a mínima sombra de dúvida, é o **processo** apontado na segunda interrogação, supra, que DEVE (não apenas “pode”) SE ESTENDER E EVOLUIR POR SUCESSIVAS GERAÇÕES. Passagem do já mencionado livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* dele se ocupa, ao tratar da dupla relação Desenvolvimento Local X educação escolar X educação comunitária, nos seguintes termos:

[...] a dupla relação acima mencionada funcionará, se convenientemente dinamizada, como sistema de capilarização, alimentação e oxigenação da evolução processual do *Desenvolvimento Local*, porque atingirá, conscientizará e orientará adultos e crianças que se sucederão, em termos de gerações, no sentido de que as respectivas comunidades se tornem paulatina e emancipadamente aptas, capazes e competentes de se tornarem *sujeito-agentes* de suas próprias trajetórias de desenvolvimento comunitário-local, da maneira como abordado neste trabalho (p. 111).

Aliás, praticamente todo o livro *Educação escolar e desenvolvimento local*: realidade e abstrações no currículo (ÁVILA, 2003), também estudado como texto-base da disciplina, é dedicado a esse fundamental e indispensável processo de formação e entranhamento da cultura de Desenvolvimento Local nas maneiras de pensar e agir das gerações que se sucederem em todas as comunidades-localidades visadas por essa filosofia/política de desenvolvimento.

2ª Questão: abrangendo capitalismo, socialismo e desenvolvimento local

“A LÓGICA CAPITALISTA SE SOBREPÕE AO COLETIVO E, PORTANTO, NÃO RESOLVE! NÃO PERCEBI UMA POSIÇÃO CLARA SOBRE TEORIA DO DL A RESPEITO DESTE ASSUNTO”

Começemos perguntando: será que “A lógica capitalista [APENAS] se sobrepõe ao coletivo [...]”? –Ao se opor diretamente à justiça, seu universo de sobreposição se estende a tudo, ao coletivo, ao individual, à dignidade, ao direito, à convivência, ao equilíbrio ambiental, à cidadania, e assim por diante.

Todavia, circunstancieemos um pouco mais, esta conversa, voltando àquela comparação –feita em sala– do CAPITALISMO GLOBALIZADO(R) CAINDO EM AVALANCHE –GRANDE CASCATAS– SOBRE OS CONTINGENTES POPULACIONAIS COMUNS LÁ DE BAIXO COMO QUE A SEMPRE INUNDÁ-LOS POR NÃO PODEREM GALGAR OS PICOS DAS MINORIAS QUE SE PRIVILEGIAM DOS IMPUXOS CAPITALISTAS, PRINCIPALMENTE SE TURBINADOS POR ESTRATÉGIAS, ENERGIAS E DINÂMICAS MODERNAMENTE CADA VEZ MAIS GLOBALIZANTES. Tais “CONTINGENTES POPULACIONAIS COMUNS LÁ DE BAIXO” são, principalmente, os constituídos tanto pelas bases-das-pirâmides-socioeconômicas de todos os países do planeta quanto pelos próprios-países-subdesenvolvidos em dimensões de hemisfério, continente e regiões estigmatizadas, a exemplo do Hemisfério Sul em geral, da África, da América Latina, do Oriente Médio, boa parte do Extremo Oriente e similares.

Que –conforme se aludiu acima– isso se configure injustiça, com reflexos em todas as direções da natureza cósmica (portanto: nas dimensões humana, social, econômica, interambiental etc.), não há a menor dúvida. Ao contrário, a percepção dessa injustiça é tão vasta e antiga quanto a própria noção de “pecado”, inclusive do bíblico “pecado original”.

Por um lado, as religiões positivas -voltadas a que o bem supere o mal- surgiram/surgem fundamentalmente em razão dos historicamente nefastos desequilíbrios decorrentes dos devastadores efeitos dessa injustiça, que sempre constituiu, constitui e constituirá a essência nuclear de qualquer tipo de mal.

Como também, por outro lado e de modo mais especificado, não deixa de se constituir a essência do que Karl Marx chamou *plus-valia*, significando *mais-valor* que o devido por justiça, pela combinação dos termos latinos *plus* (“mais”) + *valia* (“Valor intrínseco ou inerente à substância do objeto de que se trata”, sentido atribuído a esse verbete pelo *MICHAELIS* – moderno dicionário da língua portuguesa, 1998). Marx se referiu à distorcida e injusta sobrepujança do capital (ou burguesia capitalista) sobre o trabalho (ou classe trabalhadora): o primeiro subtraindo lucro indevido (*plus-valia*) à custa do segundo, ou até mesmo massacrando-o, como de rotina intensamente por ele vivenciada no curso do século XIX², auge da Segunda Revolução Industrial, ainda de cunho eminentemente mecânico.

Até aí, tudo bem. Mas a questão se complicou em termos de encaminhamento metodológico. Para a solução desse mal pela raiz, Marx vislumbrou a luta de classes (convergente para a “Ditadura do Proletariado”)³, da classe oprimida –em muito maior quantidade– contra a classe dominante, minoritária porém beneficiária das *plus-valias* capitalistas: esta detentora de enorme poder de jugo e opressão sobre aquela, mas –por outro lado– também sempre dependente daquela em razão de que sem o trabalho ou a mão-de-obra de uma o capital da outra se esteriliza e esvai.

Portanto, a luta de classes se assemelharia a *pacote-de-dinamite* que, uma vez aceso, *explodiria* o caudal capitalista antes de se despençar em cascata sobre as classes obreiras: à época, sobretudo a operária –decorrente do acelerado processo de industrialização– e a proletária, constituída desde os trabalhadores camponeses, em terras da nobreza romana antiga (cuja única posse, declarada nos censos imperiais, se limitava à *prole* de cada *pai de família* –*pater familiae*–, portanto sem posse alguma de terra ou de outro meio de subsistência), até “[...] a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”⁴.

Em 1917, os bolchevistas (partido “bolchevique” ou da “maioria” –“bolche” em russo significa “de mais” ou “maioria”–, li-

derado por Vladimir Ilie Ulianov, este tendo se contraído para *LÊNIN*) venceram a revolução contra o regime imperial czarista e a burguesia capitalista, naturalmente também já incipiente na Rússia. Na ausência de idéias solucionadoras próprias, adotaram (sob o comando de Lênin e a ingerência direta de Leon Trotsky) a luta de classe para moldar o regime socialista adotado, primeiro, na Rússia e, em seguida, radicalizado por Stalin e estendido a todos os países que se anexaram ao então chamado bloco da União Soviética⁵. E o que aconteceu com o socialismo soviético ao final de seus 72 anos de história, se considerarmos 1917 (Revolução Bolchevista) e 1989 (queda do muro de Berlim) como marcos inicial e final?

A resposta, em termos da auto-implosão do regime socialista soviético –aqui me referindo ao seu prisma de concretude histórica– muitos de nós a vivenciamos no final da década de 1980. Aliás, da mesma forma que também estamos vivenciando aberturas até bem pouco impensáveis no regime socialista chinês (erigido por Mao Tsé-tung), assim como nos tutelados pela própria ex-União Soviética⁶, sobretudo o vietnamita e o norte-coreano já em acelerado processo de aproximação e interatividade com a reinante globalização capitalista: há poucos dias (em 04/10/07), os dirigentes das Coreias do Sul e do Norte assinaram e brindaram acordo de cooperação, logo depois de a Coreia do Norte ter cedido às pressões internacionais –principalmente dos USA, Japão e Coreia do Sul– para desativação de sua usina nuclear.

Quanto ao regime socialista cubano, até mais fortemente sustentado pela ex-União Soviética no auge da “Guerra Fria” entre Rússia e Estados Unidos da América (justamente pela estratégica vizinhança geográfica de Cuba com os EUA), continua a resistir, mas, sem que ainda se saiba por quanto tempo.

Portanto, a capacidade e a eficácia de a luta de classes realmente *dinamitar e explodir* a injustiça capitalista (pela *extirpação* dos próprios capitalistas ou burguesia capitalista, em linguagem marxista) não passou no teste histórico do mais importante regime socialista que a adotou como principal bandeira e estratégia para essa finalidade, o da ex-União Soviética.

Aliás, nos casos clássicos dos regimes socialistas só aconteceram dois cuja implantação se deu diretamente por luta de classes (em sentido marxista propriamente dito): o já visto da Revolução Bolchevista russa, em 1917, e o da Revolução Cubana, liderada por Fidel Castro⁷. Coréia do Norte⁸ e Vietnã do Norte (depois, todo o Vietnã reunificado em 1975⁹, após a vitória dos Vietcongs contra o Vietnã do Sul com massiva participação norte-americana) se configuraram socialistas em razão de lutas por independências de regimes coloniais, diretamente convergentes para espólio, no imediato contexto do pós-II Guerra Mundial e já em pleno início da “Guerra Fria”, entre as duas potências da época: USA e União Soviética.

E, na China, essa bandeira se constituiu muito mais processo de anulação de classes dominantes (isto é, tomada de poder via golpe-de-estado e imediata imposição do regime pela elite dirigente), que por real lutas internas de classes. Ademais, vimos, em relação a todos eles, que suas trajetórias históricas já se encontram em franca rota de apaziguamento com o capitalismo moderno, ainda se ressaltando certa exceção para o caso cubano.

Todavia, é nesse contexto –justo na década de 1980– que o Desenvolvimento Local emergiu e vem dando seus primeiros passos, como teoria e práxis de desenvolvimento, vimos isto no curso da mencionada disciplina (ÁVILA, 2006, p. 53-67: Cap. 3 – No contexto histórico-cultural surgido, a que veio do *Desenvolvimento Local?*).

Então, perguntará alguém: *O Desenvolvimento Local veio para substituir o socialismo histórico implodido?* –Já começando por enfático NÃO, é preciso ficar bem claro, aliás, que HÁ ASPECTOS TEÓRICOS COMUNS E RADICALMENTE DIFERENCIADOS ENTRE DESENVOLVIMENTO LOCAL (SEMPRE ENTENDIDO COMO ENDÓGENO) E O SOCIALISMO HISTÓRICO DE BASE MARXISTA. Os pontos comuns dizem respeito sobretudo às características da finalidade última de todo o processo: conquista de equilibrado bem-estar cultural e socioeconômico das populações envolvidas. Mas, as diferenciações concernem fundamentalmente:

a) **Às categorias sociais diretamente visadas.** No socialismo, são focadas as classes sociais antagônicas (proletariado de um lado

e burguesia capitalista do outro) e, no Desenvolvimento Local, cada comunidade-localidade envolvida, com tudo o que faça parte de suas vivências e relações territoriais (suas condições, peculiaridades, potencialidades, facilidades, dificuldades, estados de convergência e divergência e conflitos de toda ordem, inclusive os de classes sociais). Por isso, é que sempre se repete que DL é coisa de comunidade-localidade inteira (com todas as riquezas, pobreza e possibilidades nela existentes) e não só de localidades ou classes pobres, carentes, periféricas, operárias, proletárias, e congêneres.

b) **À metodologia processual.** No socialismo, “O verdadeiro resultado [das lutas dos operários] não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX; ENGELS, s/d, p. 1), visando à guerra civil, à tomada do poder (“Ditadura do Proletariado”) e, por fim, “[...] à sociedade [perfeita] sem classes” (cf. 4ª nota de rodapé). Em DL, a união é buscada por constante processo de comunitarização associativo-cooperativa, objetivando a que cada comunidade-localidade conquiste e endogeneize capacidade, competência e habilidades de se desenvolver (em termos de se tornar *SUJEITO* de sua própria história, naquilo que diretamente lhe diga respeito e esteja ao seu alcance), assim como de aperfeiçoar constantemente seu estado de desenvolvimento.

Mas, como surgiu o DL? –Em realidade, o DL começou a ser cogitado e ativado, pelo Conselho Econômico e Social da então Comunidade Européia (estamos falando do contexto europeu no final da década de 1970 e durante a de 1980), como estratégia de içamento das periferias socioeconômicas (para efeito de mediano nivelamento, principalmente em termos de emprego e renda) dos países que viriam a compor o grande bloco da hoje União Européia. Portanto, de configuração inicial plasmada na concepção neoliberal européia, sua função se limitava, e ainda continua se limitando, na Europa e demais países ditos *desenvolvidos*, à correção de desequilíbrios periféricos. Ou seja, muitos desses desequilíbrios continuavam e ainda continuam decorrentes dos rescaldos da escravidão (por exemplo, nos Estados Unidos), da II Guerra Mundial (em todos os pa-

íses atingidos), da ruptura do tradicional sistema colonial europeu (repatriamentos e duplas cidadanias principalmente oriundas de ex-colônias africanas e asiáticas) e da própria derrocada do socialismo russo-soviético, pelo grande atraso socioeconômico de seus ex-países-membros, à época, se cotejados com os da Europa Ocidental.

No entanto (e reforçando que inicialmente de fato não veio para substituir o socialismo *dinamizador* do capitalismo pela luta de classes, como atrás referido), o DL DE CERTO MODO JÁ COMEÇA A OCUPAR O GRANDE VÁCUO DA PRINCIPAL E FRUSTRADA FUNÇÃO A ELE (SOCIALISMO) HISTORICAMENTE ATRIBUÍDA, A DE -PELO MENOS-REAL CONTRAPONTO À VORACIDADE DO CAPITALISMO. Isso quer dizer que o DL aqui no Programa de Mestrado da UCDB, da mesma forma que no ambiente latino-americano em geral (TIJOUX, 2007 e PINTOS, 2007), já superou completamente a concepção neoliberal européia (e dos países ditos *desenvolvidos*), que praticamente o reduz a distributiva localização de emprego e renda em comunidades periféricas.

É nessa perspectiva de CONTRAPONTO, como também de acordo com o que se referiu anteriormente às alíneas a e b, que o DL vem sendo tratado, na já várias vezes mencionada disciplina Teoria do Desenvolvimento Local (ÁVILA, 2006, p. 53-67), sob estas três óticas básicas:

- a de como os *países desenvolvidos* o pensam para suas próprias periferias geradoras de desequilíbrios internos;
- a de como os *países desenvolvidos* o pensam para todos os *países subdesenvolvidos*, visando principalmente as respectivas *periferias subdesenvolvidas*;
- a de que os *países subdesenvolvidos* podem e devem pensar o Desenvolvimento Local como filosofia e política de desenvolvimento endogenamente emancipatório¹⁰, tanto para eles mesmos quanto para todos os povos do mundo, inclusive os *desenvolvidos*, visto ainda preponderar a gravíssima distorção de se confundir detenção de riqueza, poder e hegemonia econômica, política, científica, tecnológica etc., com efetivo desenvolvimento humano-ambiental.

Pela luta de classes, de acordo com o socialismo marxista, se eliminariam (*dinamitariam*) os ricos e opressores capitalistas –es-

tes mesmos hoje se autodenominado *desenvolvidos* (ÁVILA, 2006, p. 37-52)– e, em tese, por um lado, o poder seria tomado pela classe trabalhadora (“Ditadura do Proletariado”) e, por outro, se vislumbraria a utopia máxima de que “[...] essa mesma Ditadura forma [formaria] apenas a transição rumo à abolição de todas as classes e à sociedade sem classes” (cf., atrás, a 4ª nota de rodapé).

Estes dois últimos estágios foram considerados de tamanha importância, no direcionamento da empreitada socialista historicamente emergente na Rússia, após a Revolução de 1917, que o próprio Lênin (apud KÖLN, s/d, já mencionado) a eles se referiu com as seguintes ênfases:

Limitar o marxismo à doutrina da luta de classes significa trincar o marxismo, deformá-lo, reduzi-lo àquilo que é aceitável para a burguesia.

Um marxista é apenas aquele que **estende** o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da **Ditadura do Proletariado**.

Mas, infelizmente, não é bem isso que a história vem testemunhando. Em verdade, o estrangulamento dessa lógica revolucionária até agora sempre aconteceu já no segundo estágio, o da tomada do poder, portanto jamais em condições de se chegar à utopia máxima do terceiro, o da aspirada “sociedade sem classes”. E por quê? –Por dois motivos: 1º, uma coisa é tomar o poder e outra, ainda muito mais complexa, é a de se saber o que fazer dele ou com ele; 2º, o que sempre de fato tem acontecido é a tomada do poder pela elite dirigente do proletariado e não pelo próprio proletariado (ou classe trabalhadora). Ou seja, essa elite tanto lidera quanto usa, sim, as enormes capacidade e força de mobilização da classe trabalhadora para a tomada do poder. Entretanto, quando o poder é tomado, o que se estabelece não é a “Ditadura do Proletariado”, como pensavam Marx e Engels, mas, sim, a DITADURA DA ELITE DIRIGENTE DO PROLETARIADO, aí já se configurando duas classes visceralmente antagônicas (a da elite dirigente do proletariado e a da massa proletária dirigida), sem que os conflitos entre ambas sequer venham à tona pela própria repressão impiedosamente ditatorial da primeira sobre a segunda.

Aliás, por um lado, já vimos esses “filmes” pelo menos da Revolução Francesa (o

próprio *Manifesto* de Marx e Engels se refere a isto) ao socialismo histórico, atrás mencionado, e, por outro, isso materializa muito bem o sentido geral dos ditos populares, referentes a tiro que sai pela culatra ou participação de alguém na fabricação de guilhotina em que acabará sendo decapitado depois. Eis, pois, o fundamental dilema: SE A CLASSE TRABALHADORA “FICA” NO CAPITALISMO, O “BICHO” DA BURGUESIA CAPITALISTA A “COME”; SE “CORRE” PARA A DITADURA DO PROLETARIADO, O “BICHO” REALMENTE DITATORIAL DE SUA PRÓPRIA ELITE DIRIGENTE A “PEGA”.

Dessas experiências históricas, aprendem-se –sim– lições sociais, políticas e econômicas, mas à custa dos maiores sacrifícios justamente da própria classe trabalhadora, compreendida pelos segmentos baixos e médios da pirâmide social de cada país. Isso, em virtude de que, na contramão da teoria adotada para a tomada do poder, os dirigentes revolucionários se têm metamorfoseado em novos ricos e poderosos opressores de seus próprios dirigidos, inclusive conseguindo a contraditória transformação do socialismo em CAPITALISMO DE ESTADO, conclusão esta que me persegue de longa data.

E as grandes lições aplicáveis ao Desenvolvimento Local, da maneira abordada na mencionada disciplina Teoria do Desenvolvimento Local –aquele atrás qualificado como endogenamente emancipatório– são fundamentalmente, em minha opinião, estas:

Primeira – a luta contra as injustiças capitalistas se configura como processo abrangente e permanente, incluindo-se até mesmo a luta de classes (visando não à “Ditadura do Proletariado”, mas à equibração do exercício da justiça em todos os processos e aspectos da co-existência societária) desde que se constitua o último e inevitável recurso: jamais o primeiro.

Segunda – portanto, ao invés de se querer intempestivamente *explodir* o capitalismo pela luta de classes, O QUE SE PRECONIZA, EM TERMOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, É A GERAÇÃO DE CAPACIDADE, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DE AUTOMACAQUEAMENTO (imagem apropriada dos macacos de elevação em oficinas mecânicas) DAS COMUNIDADES-LOCALIDADES VISADAS. E duas são as grandes finalidades desse automacaqueamento: por um lado, as comunidades-localidades *SE ELEVEM* DA SITUAÇÃO DE AFOGA-

MENTO, provocada pelas cascatas da globalização capitalista (como comentado no primeiro parágrafo desta segunda questão) e, de outro, COMECEM A CONQUISTAR – INDIVIDUAL E COLETIVAMENTE- VISÃO, CORAGEM, INICIATIVAS E CONDIÇÕES TANTO DE SE LIBERTAREM DA ALUDIDA SITUAÇÃO DE AFOGAMENTO QUANTO DE LIDAR COM ESSAS CASCATAS, ATÉ MESMO DELAS TIRANDO ENERGIAS PARA O SEU PRÓPRIO E DIGNO DESENVOLVIMENTO. Afinal, não há como fugir do fato de que as cada vez maiores intensificação e sofisticação da globalização se constituem fenômenos irreversíveis (porque logicamente irreversível é a rápida evolução do seu mais importante fator causal, o conhecimento científico e tecnológico) e de que a própria tendência à voracidade capitalista (ou *plus-valia*) representa um lado do fio da navalha (porque o outro é também o de nossa tendência inata à justiça), em cujo corte nos equilibramos, pessoas individuadas e coletivizadas, desde que comecemos a assumir e gerenciar nossos rumos e atitudes de vida.

Terceira – a dinâmica operacional desse automacaqueamento integra o próprio “núcleo conceitual” do DL, sempre na ótica endogenamente emancipatória, conforme Ávila (2001, p. 68s; 2006, p. 69s), porque justamente focado como permanente conquista de capacidade, competências e habilidades locais de se desenvolver, no âmbito de cada comunidade visada, paulatina e persistentemente se desabrochando de seu próprio seio bem como aproveitando suas também próprias características e potencialidades, mas naturalmente com a *maieutica* ajuda de agências e agentes externos, vez que o DL não brota do interior de cada comunidade-localidade como bolhas de autoespontaneismo.

Tom de Conclusão

Nesse tom, considero que o MAIOR FENÔMENO ALIADO DO CAPITALISMO, DEPOIS DA PRÓPRIA POSSE DO CAPITAL, SEJA O REAL ESTADO DE IGNORÂNCIA (caracterizado por falta de formação, informação, mobilização, organização e autoconhecimento de potencialidades, coletivas e individuais, para efeito tanto de iniciativas próprias quanto de permanente equibração em interatividades externas) de todos que –ao longo do íngreme vale da vida-

caminham pela margem inversa à do capital: trabalhadores de qualquer classe ou denominação e populações localizadas, em geral, indistintamente se trabalhadora, consumidora, produtora, carente, ou não importa de que tipo.

Pois bem, o Desenvolvimento Local se propõe à reversão desse estado de ignorância. Implica, pois, luta permanente, mas não visando a “Ditadura do Proletariado” e, sim, a instalação e implementação de processo no sentido de que cada comunidade-localidade concreta se torne capaz, competente e hábil de se comunitarizar para de fato se tornar *sujeito* de seu próprio desenvolvimento: evidentemente –reiterando– naquilo que efetivamente lhe disser respeito e sabendo tanto *metabolizar* quanto tirar proveito das interatividades e ajudas externas.

Conseqüentemente, pois e re-enfatizando, só me resta considerar e ver o Desenvolvimento Local nesse prisma de CONTRAPONTO e CONTRAPÉ À AVALANCHE EXPLORATÓRIA QUE EMANA SOBRETUDO DO CAPITALISMO TURBINADO PELA CELERIDADE E SOFISTICAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO MODERNA, JÁ EM PLENA VORACIDADE NESTE INÍCIO DE SÉCULO XXI. E a forma processual para qualquer comunidade-localidade começar a se elevar (automacaquear-se), desse tipo de avalanche, pode ter muito a ver com o seguinte ditado, atribuído a Santo Tomás de Aquino: “Se o boi soubesse a força que tem, poria o carreiro a puxar o carro!”.

Ora, se apenas *um boi* soubesse a força que tem de fato poria o carreiro a puxar o carro, imagine-se, pois, o quanto mais se tornará possível pela sensibilização, mobilização e organização de *boiadas inteiras*, sempre a puxarem carreiras cotidianidades de contingentes humano-ambientais localizados, por aí, Brasil e mundo afora.

Notas:

¹ Na seqüência, as freqüentes referências a publicações deste autor se explicam por sua preocupação em produzir e publicar matérias diretamente relacionadas com a maior abrangência possível dos enfoques temáticos abordados na disciplina Teoria do Desenvolvimento Local, sob sua responsabilidade docente, como informado na 1ª nota.

² Ou (MARX, 1998, p. 231), “A mais-valia se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção de fios quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria”, o primeiro

processo exemplificando o que Marx chamou de “trabalho simples” e o segundo de “trabalho complexo”. Em termos diferentes, mas com o mesmo sentido, na edição resumida de O Capital (MARX; BORCHARDT, 1973, p. 41), “[...] a plus-valia resulta de uma sobre quantitativa de trabalho na duração prolongada do mesmo processo de trabalho [...]. Resumindo a explicação de Marx: se o valor social do trabalho do operário (aquele necessário para sobreviver por um dia) corresponde ao valor de meio-dia de efetivo trabalho, o capitalista o contrata pelo valor desse meio-dia (de sobrevivência), mas o faz trabalhar o dia inteiro sem lhe compensar pela diferença. Aliás, os Capítulos V de ambas as edições são dedicados a essa questão e se intitulam, na primeira, Processo de trabalho e processo de produzir plus-valia (p. 220-231) e, na segunda, Como se forma a mais-valia (p. 34-41).

³ De acordo com o Manifesto do partido comunista (MARX; ENGELS, s/d), a luta de classes nunca foi novidade, sempre existiu: “Até hoje, a história de todas as sociedades até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (p. 4). No entanto, “Esboçando em linhas gerais as fases do desenvolvimento proletário, descrevemos a história da guerra civil, mais ou menos oculta, que lavra na sociedade atual, até a hora em que essa guerra explode numa revolução aberta e o proletariado estabelece sua dominação pela derrubada violenta da burguesia” (p.10). Aliás, Marx didatiza sua idéia sobre luta de classes em famosa carta a Joseph Weydemeyer, datada de 5 de março de 1852 (apud KÖLN, s/d, p. 3):

No que me diz respeito, não me cabe o mérito de ter descoberto nem a existência das classes na sociedade moderna nem sua luta travada entre si.

Historiadores burgueses tinham, muito antes de mim, apresentado o desenvolvimento histórico dessa luta de classes e economistas burgueses, a anatomia econômica das classes. O que eu fiz de novo foi:

1. provar que a existência das classes está vinculada apenas a fases históricas determinadas;
2. que a luta de classes conduz necessariamente à Ditadura do Proletariado (i.e. no original alemão: Diktatur des Proletariats);
3. que essa mesma Ditadura forma apenas a transição rumo à abolição de todas as classes e à sociedade sem classes.

⁴ Conceituação esta observada na 2ª nota de rodapé do Manifesto do partido comunista (MARX; ENGELS, s/d) como “(Nota de F. Engels à edição Inglesa de 1888)”, ao qual se declara também a autoria do significado de burguesia: “Por burguesia compreende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social, que empregam o trabalho assalariado.”.

⁵ Sobre essa revolução e o perfil do partido bolchevista, Trotski (s/d) assim se referiu:

Sob a bandeira bolchevique se realizou a primeira vitória do proletariado e se instaurou o primeiro estado operário. [...] o bolchevismo é apenas uma tendência política, estreitamente fundida com a classe operária, mas não idêntica à mesma. E na União Soviética, ademais da classe operária, existem cem milhões de camponeses, várias nacionalidades e uma herança

de opressão, miséria e ignorância. O estado construído pelos bolcheviques reflete não somente o pensamento e a vontade do bolchevismo, mas também o nível cultural do país, a composição social da população [...].

Tratava-se, pois, de partido: inspirado nas idéias de Marx e Engel; mas constituído por operários e proletários (estes em maioria); de cunho fortemente nacionalista; e de esquerda radical. Antes de 1917, se opunha tanto ao regime imperial czarista quanto ao partido menos radical denominado “Menchevike” (“menche” = “de menos”), portanto denominado pelos bolchevistas como “partido da minoria”.

⁶ Lembrando que, em 1924, a então União Soviética instalou também na Mongólia o regime socialista, mantendo-a anexada até 1946, quando se viu na contingência de reconhecer a independência desse país, daí em diante denominando-se República Popular da Mongólia.

⁷ “Em janeiro de 1959, quase dois anos depois de iniciada a guerrilha, Fidel e seus companheiros, entre os quais estava o médico argentino Ernesto ‘Che’ Guevara, conseguiram conquistar o poder, obrigando Batista [o então Ditador Batista] a fugir do país.” (BRASIL ESCOLA, s/d).

⁸ “Não cabe aqui resenhar os acontecimentos históricos que produziram a divisão da Coréia, mas os interesses políticos em jogo, que associaram as contradições internas do país à diplomacia das grandes potências. A divisão da Coréia resultou da confluência da clivagem sócio-política interna com a partilha geográfica da península coreana entre os Estados Unidos e a União Soviética, na altura do paralelo 38” (VIZENTINI, s/d).

⁹ De origem mongol (GEOCITIES, s/d), os viets migraram para a península da Indochina no séc. III a.C., mas: viveram sob domínio chinês de 111 a.C. a 934 d.C.; daí até 1859 intercalaram independência e domínio chinês; em 1859, a França dominou a região sul da Indochina (portanto incluído todo o Vietnam, Anam, Tonkin e Camboja) denominando-a Conchinchina; no início do séc. XX, levante anticolonial foi duramente debelado; em 1939, criou-se a “[...] Liga pela Independência (Vietminh), liderada pelos comunistas [...]”; na IIª Guerra Mundial, os japoneses tomaram a Indochina, mas os vietnamitas desencadearam forte resistência por guerrilhas; no fim da IIª Guerra, a França retomou a Indochina; em 1946, o “[...] dirigente comunista Ho Chi Minh, forma um Estado no norte do Vietnam [...]”, mas:

Em 1949, a França impõe Bao Dai como imperador do Vietnam e, no ano seguinte, reconhece a independência do país, que se mantém na Comunidade Francesa de Nações. O Vietminh continua a luta pelo controle do território. Em 1954, os franceses retiram-se, derrotados na batalha de Diem Bien Phu. Um armistício consolida a divisão do Vietnam em dois Estados: Vietnam do Norte, sob o regime comunista de Ho Chi Minh, e Vietnam do Sul, monarquia encabeçada por Bao Dai. O monarca é deposto no ano seguinte por Ngo Dinh Diem, que proclama a República no sul e assume a Presidência.

A guerra pela reunificação foi travada entre os norte-vietnamitas (sob o regime comunista, que, apoiados

pela União Soviética, formaram a Frente de Libertação Nacional -conhecida como Vietcong- e mais uma vez usaram a tática de guerrilhas) contra o Vietnam do Sul, com participação e derrota direta também dos USA: essa guerra se iniciou em 1957 e terminou em 1975, com a vitória dos Vietcongs e a reunificação do país naturalmente sob o regime comunista.

¹⁰ Até em razão do paradoxal antagonismo, destacado por Tijoux (2007, p. 3), entre as lógicas do desenvolvimento (da maneira como é concebido e tratado no mundo capitalista) e as do local, em seu real dimensionamento: “[...] o desenvolvimento supõe a racionalidade como condição necessária para reproduzir-se por extensão e o local envolve bem mais organizado ‘sentimento’ alusivo a refúgio, à identidade do território, às redes de defesa, à conservação dos objetos, relatos, perfumes sabores, cores.”. Ademais, Pintos (2007, p. 44) enfatiza que “O local constitui uma realidade fenomenológica complexa, entremeada de relações de imediatez, construções simbólicas e sentimentos de pertença, pelos quais se constrói a identidade (e a diferença) de uma comunidade. Enfim, o local é uma construção para si antes que uma qualidade em si”.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Cultura de sub/ desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual Vale do Acaraú), 2006.

ÁVILA, Vicente Fideles de. *Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstração no currículo*. Brasília: Plano Editora, 2003.

BRASIL ESCOLA. *Revolução cubana*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiag/revolucao-cubana.htm>. Acesso em: 25 set. 2007.

GEOCITIES. *Vietnam*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: http://www.geocities.com/centro_lotus/Vietnam.html. Acesso em: 8 out. 2000.

KÖLN, Portau Schmidt von. À guisa de conclusão. In: KÖLN, Portau Schmidt von. *A enfermidade gramsciana no movimento trotskysta contemporâneo e nas lutas de emancipação do proletariado*. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://www.scientific-socialism.de/SUCapa.htm> (a obra toda) e <http://www.scientific-socialism.de/SUCONCL.htm> (a matéria citada). Acessos em: 21 set. 2007.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *A crise do século XX*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991.

MARX, Karl. *O capital – crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl; BORCHARDT, Julian. *O capital – edição resumida*. Trad. Ronaldo Alves Schmidt. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Edição digitalizada, s/d. (Redigido pelos autores em 1847). Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/img/obras/manifesto.doc>. Acesso em: 14 set. 2007.

PINTOS, Fernando. El estado del desarrollo local en América Latina: obstáculos, facilitadores y liderazgos. In: CARRIZO, Luis (edit.). *Gestión local del desarrollo y lucha contra la pobreza*. Montevideo-Uruguay: CLAEH (Centro Latinoamericano de Economía Humana), 2007, p. 44-94.

SCHÖN, Donald A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, António (org.). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote Ltda, 1995. p. 77-91.

TIJOUX, Maria Emilia. *Enfrentar el sufrimiento social y la tarea de la sociología*: las paradojas del desarrollo local sustentable. Campo Grande-MS: PMDL/UCDB-II Colóquio Internacional, 2007.

TROTSKY, Leon. *Estalinismo e bolchevismo* - sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional. Edição digitalizada, s/d. (Matéria redigida pelo autor em 1937). Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/trotsky/1937/misc/stalinismo.htm>. Acesso em: 13 set. 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Coréia e as grandes potências: Estados Unidos, China, Rússia e Japão**. Edição digitalizada, s/d. Disponível em: <http://ftp.unb.br/pub/download/ipr/rel/ipri/2000/2626.PDF>. Acesso em: 8 out. 2007.

Outros textos, do autor, relacionados com a disciplina Teoria do Desenvolvimento Local:

Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). *INTERAÇÕES* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande-MS: UCDB, v. 8, n.13, p. 133-140, set. 2006.

Municipalização para o desenvolvimento. Campo Grande: UFMS/PREG, 1993.

No município sempre a educação básica do Brasil. 2.ed. Campo Grande-MS: UCDB, 1999.

Repensando a relação estado/municípios: uma sugestão para o governo de Mato Grosso do Sul. *SÉRIE-ESTUDOS* - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande-MS: UCDB, (4), nov. de 1996.

Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES* - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande-MS: UCDB, (1), p. 63-75, set. 2000.

Considerações sobre gestão integral de educação e outros serviços básicos no município. *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre: Associação Brasileira de Administração da Educação-ANPAE, v. 5, n. 2, jul/dez. 1987.

(et al.). *Formação educacional em desenvolvimento local*: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 2. ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.